



Andraplan Serviços Ltda.

A essência da consultoria.

Publicação de domínio público reproduzida na íntegra por Andraplan Serviços Ltda.
Caso tenha necessidade de orientações sobre o assunto contido nesta publicação entre em contato conosco.

A Andraplan é especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria para certificação de produtos, serviços e sistemas de gestão.

Saiba mais sobre consultoria e assessoria para certificação de produtos, serviços e sistemas de gestão no site www.andraplan.com.br.

Consultoria e Assessoria

O método de trabalho da consultoria consiste em orientações direcionadas aos diretores, gerentes e líderes da empresa. Estas orientações podem ser feitas pessoalmente, por telefone ou e-mail, na empresa do cliente ou em nossos escritórios.

O método de trabalho da assessoria é o mesmo da consultoria, sendo complementado pela execução de atividades que frequentemente são de responsabilidade dos clientes, como a elaboração de manuais, procedimentos, instruções e relatórios, realização de pesquisas, tomada de decisões, etc. As atividades de assessoria podem ser feitas na empresa do cliente ou em nossos escritórios.

Como o principal produto de uma consultoria são as informações, existe uma sistemática para atualização periódica da equipe de trabalho. Esta atualização de informações é reforçada nos assuntos relacionados a legislação e regulamentação técnica, com vistas a permitir que os consultores estejam preparados para fornecer informações adequadas para a tomada de decisões por parte dos clientes.

Serviços

- Consultoria e assessoria para certificação compulsória e voluntária de produtos e serviços, dentro dos padrões INMETRO, ANATEL, UL, RoHS, Marcação CE, etc.
- Consultoria e assessoria para certificação de sistemas de gestão
ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001, PBQP-H, SA 8000, SASSMAQ, PBQP-H, etc.
- Consultoria e assessoria organizacional
Planejamento estratégico, Vendas, Marketing, Produção, Recursos Humanos, Compras, Logística, Finanças, Projeto e desenvolvimento, Tributos, Falências e recuperação empresarial, etc.
- Terceirização de serviços técnicos
Controle da qualidade (inspeção e ensaios), Garantia e gestão da qualidade (documentação e gerenciamento), Desenho de produtos, Projeto e desenvolvimento de produtos, Pesquisa de mercado, Levantamento de custos e formação de preços, Responsabilidade técnica, Auditorias, Representação em comissões de estudos, etc.

Andraplan Serviços Ltda.

CNPJ 09.589.187/0001-85 Inscrição Municipal (CCM) número: 3.771.340-0
Av. Paulista, 726 – 17º Andar - Conj. 1707-D – Bela Vista – São Paulo/SP CEP: 01310-910

Telefone / Fax: (11) 4506-3207 ou (11) 2056-2062

e-mail: andraplan@andraplan.com.br web site <http://www.andraplan.com.br>



Portaria n.º 235, de 08 de maio de 2012.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea *f* do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando o art. 57 do Decreto n.º 6.063, de 20 de março de 2007, que regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei n.º 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável;

Considerando a necessidade de atualização do Programa de Avaliação da Conformidade para Concessões em Florestas Públicas, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Concessões em Florestas Públicas, disponibilizados no sítio www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro
Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade – Dipac
Rua da Estrela n.º 67 – 2º andar – Rio Comprido
CEP 20.251-900 – Rio de Janeiro – RJ

Art. 2º Cientificar que a Consulta Pública que acolheu contribuições, da sociedade em geral e do corpo técnico em particular, para a elaboração dos Requisitos ora aprovados foi divulgada pela Portaria Inmetro n.º 369, de 19 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2011, seção 01, página 135.

Art. 3º Cientificar que fica mantida, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC, a auditoria florestal independente para Concessões em Florestas Públicas, de caráter compulsório, a qual deverá ser realizada por Organismo de Auditoria Florestal Independente – OAF, acreditado pela Cgcre, consoante o estabelecido nos Requisitos ora aprovados.

Art. 4º Revogar a Portaria Inmetro n.º 056, de 25 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 1 de março de 2010, seção 01, página 128.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA



REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA CONCESSÕES EM FLORESTAS PÚBLICAS

1. OBJETIVO

Estabelecer procedimentos para o programa de avaliação da conformidade para concessões em florestas públicas, visando à constatação do atendimento aos requisitos estabelecidos no Contrato de Concessão Florestal.

2. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

ABNT NBR 14793	Diretrizes para Auditoria Florestal – procedimentos de auditoria – critérios de qualificação para auditores florestais.
ABNT NBR ISO 19011	Diretrizes para auditorias de sistema de gestão da qualidade e/ou ambiental.
Contrato de Concessão Florestal, firmado entre o Serviço Florestal Brasileiro e o concessionário, conforme estabelecido na Lei nº 11.284/2006.	
Edital de Licitação para Concessão Florestal, publicado pelo Serviço Florestal Brasileiro, conforme estabelecido na Lei nº 11.284/2006.	
Lei n.º11.284, de 2 de março de 2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.
Decreto nº 6.063/2007	Regulamenta, no âmbito florestal, os dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.
Instrução Normativa IBAMA nº 93/2006	Estabelece normas técnicas para apresentação de mapas e informações georreferenciadas quanto à localização de reserva legal e áreas sob manejo florestal sustentável e suas respectivas subdivisões.
Instrução Normativa IBAMA nº 04/2006	Dispõe sobre a Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável – APAT, e dá outras providências.
Instrução Normativa IBAMA nº 05/2006	Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS nas florestas primitivas e suas formas de sucessão na Amazônia Legal, e dá outras providências.
Instrução Normativa IBAMA nº 02/2007	Altera dispositivos da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 11 de dezembro de 2006, e dá outras providências.
Norma de Execução IBAMA nº 01/2007	Institui, no âmbito dessa Autarquia, as Diretrizes Técnicas para Elaboração dos Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS de que trata o art. 19 da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965.
Norma de Execução SFB nº 01/2010	Institui o Sistema de Monitoramento e Rastreamento de Veículos de Transporte de Produtos Florestais – SMR

em áreas sob concessão florestal federal, para fins de monitoramento, controle e gestão das operações de transporte de produtos florestais de uma concessão florestal federal até os pontos de primeiro processamento, com fundamento no art. 53, incisos II e VIII da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006.

Norma Regulamentadora MTE nº 31/2005	Estabelece os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho.
Lei 9.933, de 21 de dezembro de 1999	Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro, institui a taxa de serviços metrológicos, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 406/2009	Estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no bioma Amazônia.
Resolução CONAMA nº 411/2009	Dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria.
Resolução CONMETRO nº04/2002	Dispõe sobre a aprovação do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC e do Regimento Interno do Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade – CBAC.
Resolução SFB nº 06/2010	Institui o Sistema de Cadeia de Custódia das Concessões Florestais com o objetivo de controle da produção e controle da saída dos produtos madeireiros explorados nas áreas sob regime de concessão florestal, em Florestas Públicas da União.

3. SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFI	Auditoria Florestal Independente
AUTEX	Autorização de Exploração Florestal
Cgcre	Coordenação Geral de Acreditação
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conmetro	Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
FLONA	Floresta Nacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
OAF	Organismo de Auditoria Florestal Independente
PAOF	Plano Anual de Outorga Florestal
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PMUC	Plano de Manejo da Unidade de Conservação
POA	Plano Operacional Anual
RAC	Requisitos de Avaliação da Conformidade
SBAC	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SMR	Sistema de Monitoramento e Rastreamento de Veículos de Transporte de Produtos Florestais
SINMETRO	Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
UMF	Unidade de Manejo Florestal
UPA	Unidade de Produção Anual
UT	Unidade de Trabalho

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RAC são adotadas as definições a seguir, complementadas pelas contidas nos documentos descritos no Capítulo 2.

4.1 Autorização de Exploração Florestal – AUTEX

Documento expedido pelo órgão competente do SISNAMA que autoriza o início da exploração da UPA e especifica o volume máximo, por espécie, permitido para exploração em toras, o volume máximo permitido para extração de resíduos florestais e as quantidades máximas de produtos florestais não madeireiros.

4.2 Concessionário

Ganhador da licitação da Concessão Florestal, na forma da Lei nº 11.284/2006, complementada pela Lei 8.666/1993.

4.3 Consulta Pública

Consulta realizada pelo OAF, às partes interessadas, na primeira etapa do processo da AFI (Fase I), envolvendo reunião presencial na sede do município de atuação do Concessionário e envio de envelope pelo correio e/ou internet.

4.4 Organismo de Auditoria Florestal Independente – OAF

Entidade acreditada pela Cgcre, com base nos princípios e políticas adotadas no âmbito do SBAC, para executar o processo de avaliação da conformidade do cumprimento do Contrato de Concessão Florestal.

4.5 Órgão Acreditor

A Cgcre é uma Unidade Principal do Inmetro à qual compete, dentre outros, planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar as atividades de acreditação e atuar como órgão acreditador de organismos de avaliação da conformidade e de outros organismos necessários ao desenvolvimento da infraestrutura de serviços tecnológicos no país, em conformidade com as normas, guias e regulamentos internacionalmente reconhecidos.

4.6 Órgão Gestor da Concessão Florestal

Órgão ou entidade do poder concedente com a competência de disciplinar e conduzir o processo de outorga da concessão florestal, gestão e controle do cumprimento do Contrato de Concessão Florestal, sendo, no âmbito federal, representado pelo SFB.

4.7 Órgão Gestor de Unidades de Conservação

Órgão reconhecido pelo SISNAMA como gestor das Unidades de Conservação, incluindo as de Uso Sustentável como as FLONA, passíveis de licitação para fins de concessão florestal sendo representado, no âmbito federal, pelo ICMBio.

4.8 Órgão Licenciador

Órgão reconhecido pelo SISNAMA para condução dos procedimentos de licenciamento do PMFS sendo representado, no âmbito federal, pelo IBAMA.

4.9 Plano da AFI

Cronograma de atividades e descritivo dos procedimentos a serem adotados pelo OAF para condução da Auditoria Florestal Independente – AFI, abrangendo a Fase I (incluindo a Consulta Pública) e a Fase II.

4.10 Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS

Plano de administração de recursos florestais para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativamente ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços da natureza, elaborado de acordo com a legislação vigente do IBAMA (IN IBAMA nº 05/2006; NE IBAMA nº 01/2007), Resolução CONAMA nº 406/2009, normas e regulamentações do SFB (Edital de Licitação; Contrato de Concessão Florestal; NE SFB nº 01/2010; Res. SFB nº 06/2010) e ICMBio (PMUC/ FLONA do Jamari/2005).

Nota: O PMFS é complementado pelo POA, referente a UPA em exploração na Concessão Florestal à época da condução da AFI.

4.11 Plano Operacional Anual – POA

Documento a ser apresentado ao órgão ambiental competente do SISNAMA, contendo as informações definidas em suas diretrizes técnicas, com a especificação das atividades a serem realizadas no período de 12 meses, prorrogáveis por mais 12 meses, cujo licenciamento gera a AUTEX.

4.12 Posto de Controle

Infraestrutura estabelecida pelo Concessionário, na entrada da UMF, de acordo com diretrizes do SFB, para uso conjunto de controle de saída de produtos florestais.

4.13 Sistema de Cadeia de Custódia da Concessão Florestal

Conjunto de procedimentos, por meio de um sistema informatizado, adotados para o controle dos produtos florestais madeireiros explorados nas áreas sob concessão florestal, desde a derrubada de árvores, seccionamento e transporte das toras até a sua transformação na unidade processadora.

4.14 Sistema de Rastreamento de Veículos de Transporte de Madeira

Conjunto de procedimentos para acompanhamento remoto do transporte de produtos madeireiros da concessão florestal, em conformidade com diretrizes do SFB.

4.15 Unidade de Manejo Florestal – UMF

Perímetro definido a partir de critérios técnicos, socioculturais, econômicos e ambientais, localizado em florestas públicas, objeto de um Plano de Manejo Florestal Sustentável, podendo conter áreas degradadas para fins de recuperação por meio de plantios florestais.

4.16 Unidades de Produção Anual – UPA

Área resultante da subdivisão da área do PMFS de acordo com o número de anos estabelecidos para o ciclo de corte da UMF (ex. 30 anos), podendo ser explorada em 1 (um) ou em até 2 (dois) anos consecutivos.

4.17 Unidade Processadora

Unidade industrial, diretamente vinculada ao Concessionário, para fins de desdobro e/ou processamento dos produtos florestais madeireiros oriundos da concessão florestal.

5. AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

A avaliação da conformidade é realizada por meio de Auditoria Florestal Independente (AFI). A lista de verificação para a AFI está descrita no Anexo A deste documento.

5.1 Todas as etapas de avaliação da conformidade para AFI em concessões em florestas públicas devem ser conduzidas por um OAF acreditado pela Cgcre.

5.2 A AFI deve estar de acordo com o estabelecido neste RAC e no Contrato de Concessão Florestal.

5.3 O OAF deve possuir uma declaração, acessível ao público, sobre seu posicionamento em relação à imparcialidade na realização de suas atividades de AFI, como realiza o gerenciamento dos conflitos de interesse e assegura sua objetividade.

Nota 1: O conceito de “acessível ao público” deve ser compreendido e operacionalizado de maneira ampla, incluindo a disponibilização das informações pela internet, as atividades de consultas públicas e a distribuição de material impresso.

Nota 2: O conceito de “gerenciamento de conflitos de interesse” deve ser compreendido e operacionalizado de maneira a registrar a diversidade de interesses e a explicitar os procedimentos adotados para a resolução de conflitos existentes.

5.3.1 O OAF não pode conduzir uma AFI em um contrato de concessão florestal para o qual tenha fornecido consultoria há menos de 2 (dois) anos.

5.4 Objeções do Concessionário e/ou do Órgão Gestor da Concessão Florestal a procedimentos durante a AFI devem ser primeiramente solucionadas com o OAF e, em caso de persistência do problema, deve ser buscada uma solução com a participação da Cgcre.

5.5 Qualquer revisão no processo da AFI deve ser acordada entre o OAF, o Concessionário e o Órgão Gestor da Concessão Florestal, antes da continuidade da auditoria.

5.6 Os documentos de trabalho referentes a todos os procedimentos da AFI devem ser disponibilizados ao Órgão Gestor da Concessão Florestal e retidos, no mínimo, por 5 (cinco) anos, após a data de realização da AFI, em consonância com os arts. 7º e 25 da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006 e arts. 20 e 56 do Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007.

6. ETAPAS DA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

6.1 Solicitação de auditoria

6.1.1 O Concessionário, depois de informado pelo Órgão Gestor da Concessão Florestal da necessidade de condução da AFI, deve proceder à seleção e contratação de um OAF acreditado pela Cgcre em, no máximo, 60 (sessenta) dias e solicitar formalmente a realização da auditoria.

6.1.1.1 Caso o concessionário não cumpra o processo de contratação dentro do prazo estabelecido, o Órgão Gestor da Concessão Florestal selecionará o OAF por meio de licitação pública e os custos do processo e contratação serão de responsabilidade do concessionário, independentemente de sanções administrativas contratuais a serem aplicadas.

6.1.2 O OAF, ao receber a solicitação de auditoria, deve realizar uma análise crítica da solicitação para assegurar que as informações sobre a organização solicitante sejam suficientes para a realização da auditoria e que o próprio OAF tenha disponibilidade para executar a auditoria.

6.2 Realização de auditoria

A AFI deve ser realizada de acordo com o roteiro descrito no Anexo A – Lista de Verificação para Auditorias Florestais Independentes.

A continuidade da conformidade será avaliada por meio de AFI realizada em intervalos não superiores a 3 (três) anos.

A AFI tem como objetivo avaliar se as atividades da Concessão Florestal estão em conformidade com o Contrato de Concessão Florestal firmado entre o Concessionário e o Órgão Gestor da Concessão Florestal, baseado nas propostas técnica e de preços apresentadas no Edital de Licitação pertinente.

6.2.1 Auditoria Fase I

6.2.1.1 Após a assinatura do contrato de auditoria florestal independente, o OAF obtém do Órgão Gestor da Concessão Florestal, em no máximo 10 (dez) dias, a documentação preliminar a ser examinada, a saber: Edital de Licitação pertinente; o Contrato de Concessão Florestal do Concessionário a ser auditado; o PMFS da UMF homologado pelo órgão responsável em questão; o respectivo POA vigente; e o PMUC aprovado pelo órgão gestor da FLONA onde se localiza a UMF; e relatórios de AFI anteriores.

6.2.1.2 O OAF, após o recebimento da documentação inicial, envia, em no máximo 20 (vinte) dias, ao Concessionário e ao Órgão Gestor da Concessão Florestal o Plano da AFI, descrevendo a Fase I, incluindo a Consulta Pública e a Fase II, além da composição da equipe auditora.

6.2.1.3 O Concessionário e o Órgão Gestor da Concessão Florestal enviam, em no máximo 10 (dez) dias, ao OAF a aprovação ou sugestões e pedidos de modificações do Plano da AFI e da composição da equipe auditora.

6.2.1.4 O Plano da AFI deve ser aprovado, de comum acordo, pelo OAF, Concessionário e Órgão Gestor da Concessão Florestal em, no máximo, 40 (quarenta) dias após a assinatura do contrato de auditoria florestal independente.

6.2.1.5 A Auditoria Fase I constará de:

- a) Visita de campo às instalações da Concessão Florestal (UMF e Unidade Processadora) e do Órgão Gestor da Concessão Florestal para melhor compreensão das atividades, respectivamente, do Concessionário e do monitoramento do cumprimento do Contrato de Concessão;
- b) Planejamento da coleta e análise de informações e documentos complementares do Concessionário e do Órgão Gestor da Concessão Florestal;
- c) Identificação das partes interessadas a serem convidadas para a Consulta Pública, por meio de levantamento direto e indicações do Concessionário e do Órgão Gestor da Concessão Florestal;
- d) Acordo com o Concessionário e com o Órgão Gestor da Concessão Florestal sobre os detalhes da Consulta Pública, incluindo: divulgação da lista de partes interessadas, cronograma da etapa, data da reunião presencial, questionamentos a serem enviados pela internet, sistematização e tratamento das demandas e questões apresentadas;
- e) Acordo com o Concessionário e com o Órgão Gestor da Concessão Florestal sobre os detalhes da Fase II da AFI, incluindo: cronograma da etapa, novas visitas de campo e escritório e tipos dos relatórios (Preliminar, Segunda Versão, Final e Resumo).

6.2.1.6 As atividades da Fase I devem ser iniciadas em, no máximo, 10 (dez) dias após a aprovação do Plano da AFI.

6.2.2 Consulta Pública

6.2.2.1 Na Consulta Pública deverá o OAF:

- a) Informar às partes interessadas sobre a estrutura da AFI;
- b) Criar oportunidades para que as partes interessadas sejam consultadas e/ou possam contribuir para a AFI;
- c) O OAF deve estabelecer, no mínimo, 30 (trinta) dias de Consulta Pública para assegurar tempo adequado para o recebimento de comentários das partes interessadas.

6.2.3 Auditoria Fase II

6.2.3.1 A Auditoria Fase II, que deve ocorrer no escritório do Concessionário, na UMF concedida e na Unidade Processadora, constará de compilações e análise das demandas provenientes da Consulta Pública.

6.2.3.2 As atividades da Fase II devem ser iniciadas em, no máximo, 10 (dez) dias após a Consulta Pública.

6.2.4 Relatórios de auditoria

6.2.4.1 O OAF deve elaborar os seguintes tipos de relatório de auditoria: Relatório Preliminar, Segunda Versão, Relatório Final e Relatório Resumo.

6.2.4.2 A entrega do Relatório Preliminar de Auditoria deve ocorrer em, no máximo, 50 (cinquenta) dias após a Fase II.

6.2.4.3 O OAF deve comunicar imediatamente ao Órgão Gestor da Concessão Florestal, na forma do art. 42, parágrafo 2º, inc. III da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, descumprimentos do Contrato de Concessão Florestal associados a riscos imediatos e significativos, relacionados, por exemplo, ao meio ambiente ou a direitos trabalhistas.

6.2.4.4 Quaisquer não conformidades devem ser relatadas no Relatório Preliminar de Auditoria.

6.2.4.5 O Concessionário tem, no máximo, 15 (quinze) dias após o recebimento do Relatório Preliminar de Auditoria, para entregar ao OAF um plano de ações corretivas relativo às não conformidades registradas.

6.2.4.6 O OAF deve analisar, em no máximo 15 (quinze) dias, o plano de ações corretivas enviado pelo Concessionário para determinar se esse plano é aceitável.

6.2.4.6.1 Caso o OAF considere que tal plano não seja aceitável, o Concessionário terá 10 (dez) dias para entregar outro plano de ações corretivas.

6.2.4.6.2 Após receber o novo plano de ações corretivas, o OAF deverá analisá-lo em no máximo 10 (dez) dias.

6.2.4.6.3 Caso o OAF ainda considere que o plano de ações corretivas não seja aceitável, o OAF deve elaborar, em no máximo 15 (quinze) dias, o Relatório Final de Auditoria nos moldes do inciso III, do parágrafo 2º, do art. 42, da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006.

6.2.4.7 O OAF, após o envio pelo Concessionário do plano de ações corretivas considerado aceitável, terá, no máximo, 15 (quinze) dias para apresentação da Segunda Versão do Relatório de Auditoria, incluindo o descritivo do plano de ações corretivas acordado e o cronograma de acompanhamento.

6.2.4.8 A implementação das ações corretivas deve ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses, conforme inciso II, parágrafo 2º, do art. 42, da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006.

6.2.4.9 O Relatório Final de Auditoria deverá ser entregue ao Órgão Gestor da Concessão Florestal, no máximo, 30 (trinta) dias após o encerramento do prazo de acompanhamento da implementação das ações corretivas, incluindo a análise final do cumprimento do Contrato de Concessão Florestal.

6.2.4.10 O Órgão Gestor da Concessão Florestal terá, após o recebimento do Relatório Final de Auditoria, 15 (quinze) dias para verificação do atendimento dos requisitos da AFI.

6.2.4.11 Após o fechamento do Relatório Final de Auditoria, o OAF deverá elaborar em, no máximo, 15 (quinze) dias, um Relatório Resumo do processo de AFI a ser disponibilizado para as partes interessadas. O Relatório Resumo deverá ser enviado ao Órgão Gestor da Concessão Florestal, para verificação da completeza quanto ao conteúdo mínimo, antes da divulgação às partes interessadas.

6.2.4.11.1 O Relatório Resumo deverá seguir o modelo de conteúdo mínimo descrito no Anexo B deste documento.

7. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

7.1 O OAF e o Concessionário devem dispor de uma sistemática, com procedimentos documentados e responsabilidades definidas, para o tratamento de reclamações.

8. QUALIFICAÇÃO DE AUDITORES

8.1 Os auditores e especialistas do OAF devem atender aos requisitos contidos na ABNT NBR ISO 19011, na ABNT NBR 14793 e, também, aos requisitos específicos contidos no Edital de Licitação e Contrato de Concessão Florestal pertinentes.

8.2 Os critérios derivados da ABNT NBR ISO 19011 e ABNT NBR 14793 serão aplicados de acordo com as adaptações necessárias às AFI.

8.3 Quanto à educação e experiência profissional de auditores, de acordo com a ABNT NBR 14793, recomenda-se a formação acadêmica, habilidades e conhecimentos que envolvam os seguintes tópicos:

- a) ciência e tecnologia relativas aos produtos e serviços, de concessão de florestas públicas;
- b) aspectos técnicos, ambientais, sociais e econômicos do PMFS a ser auditado;
- c) requisitos aplicáveis de leis, normas, regulamentos e documentos relacionados;
- d) normas técnicas e/ ou específicas relacionadas aos produtos e serviços do PMFS a ser auditado;
- e) procedimentos, processos e técnicas de auditoria.

9. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

9.1 Para o Concessionário

9.1.1 Cumprir com todas as condições estabelecidas no Edital de Licitação e no Contrato de Concessão Florestal.

9.1.2 Arcar diretamente com as responsabilidades técnica, civil e penal relativas às atividades realizadas.

9.1.3 Prestar e prover todas as informações e documentos solicitados pelo OAF.

9.2 Para o Órgão Gestor da Concessão Florestal

9.2.1 Prestar e prover todas as informações e documentos solicitados pelo OAF.

9.2.2 Divulgar amplamente o Relatório Resumo da AFI.

9.3 Para o OAF

9.3.1 Implementar o programa de avaliação da conformidade conforme os requisitos estabelecidos neste documento, dirimindo as dúvidas com o Inmetro.

9.3.2 Cumprir com todas as condições estabelecidas neste RAC.

9.3.3 Possuir um Sistema de Tratamento de Reclamações nos moldes do previsto no Capítulo 7 deste documento.

9.3.4 Não possuir pendências com o Inmetro.

9.3.5 Caso o OAF tenha sua acreditação cancelada, deverá:

- a) Comunicar imediatamente a seus clientes a sua condição e instruí-los no processo de transição para outro OAF que esteja com sua acreditação ativa,
- b) Disponibilizar, quando solicitado, à Diretoria da Qualidade do Inmetro todos os registros e informações relativas aos processos de auditorias por ele realizados;
- c) Disponibilizar a seus clientes todos os registros, relatórios e demais documentos referentes ao(s) seu(s) processo(s) de auditoria para subsidiá-los quando da contratação de outro OAF acreditado;

9.3.6 O OAF cancelado não pode realizar quaisquer atividades de auditorias referentes aos Programas de Avaliação da Conformidade estabelecidos pelo Inmetro.

10. PENALIDADES

A inobservância das prescrições compreendidas neste documento acarretará a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999.

ANEXO A – LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA AUDITORIAS FLORESTAIS INDEPENDENTES

Para a avaliação do cumprimento do Contrato de Concessão Florestal, deve ser elaborada lista de verificação contemplando itens provenientes das cláusulas contratuais, incluindo **questões administrativas** estabelecidas na Lei 11.284/2006 e no Decreto 6.603/2007 e **compromissos das propostas técnica e de preços** apresentados pelo Concessionário durante o processo de licitação da concessão florestal, como por exemplo, cumprimento dos pagamentos; cumprimento das normas e diretrizes dos órgãos de licenciamento, gestão da área de concessão de gestão do contrato de concessão florestal; e cumprimento das cláusulas ambientais e sociais.

ANEXO B – CONTEÚDO DO RELATÓRIO RESUMO DO PROCESSO DE AUDITORIA DE FLORESTA PÚBLICA

Como um dos instrumentos para proporcionar transparência ao processo de avaliação da conformidade à sociedade, o OAF irá elaborar, para divulgação pelo Órgão Gestor da Concessão Florestal ao público e às partes interessadas, o Relatório Resumo do Processo de AFI do Contrato de Concessão Florestal que deverá conter, no mínimo, as informações abaixo:

a) Informações gerais sobre o concessionário:

- Nome e/ou Razão Social do Concessionário, endereço para correspondência e pessoa de contato;
- Nome(s) do(s) Responsável(is) Técnico(s) pelo Plano de Manejo Florestal Sustentável;

b) Localização geográfica da UMF e unidade processadora objeto da AFI;

c) Caracterização do objeto do Contrato de Concessão Florestal foco da AFI;

e) Processo de Consulta Pública, incluindo lista de participantes, questões apontadas e encaminhamentos adotados pelo OAF.

f) Descrição geral do processo de avaliação da conformidade da UMF e unidade processadora:

- Indicadores utilizados para avaliação;
- Identificação da equipe auditora do OAF;
- Responsável pelo OAF;
- Descrição das etapas do processo do OAF;
- Cronograma do Plano de Auditoria;

g) Descrição do atendimento aos indicadores, descritos no Anexo A, as não conformidades identificadas, as ações corretivas propostas para adequação, incluindo o prazo acordado para seu cumprimento e análise final dos procedimentos.